



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, de 2011

(Da Sra. Erika Kokay)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, nos termos que especifica.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição, e nos artigos 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, solicito a V. Exª. seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda o presente requerimento de informações.

Em 1º de abril último, o Jornal Folha de São Paulo noticiou que o Ministério Público Federal investiga empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil S.A., entre outras instituições financeiras, a empreendimentos rurais no Pará cujos responsáveis são acusados de manter trabalho escravo e de promover desmatamento ilegal, sem a exigência de documentação relativa à regularidade ambiental e fundiária.

Teriam sido beneficiadas 18 propriedades rurais, em 55 financiamentos. Segundo a denúncia, nenhuma dessas propriedades possuiria a documentação necessária à efetivação dos empréstimos e sobre quatro delas recairiam suspeitas da existência de trabalho análogo à escravidão. Entre 2008 e 2009, os financiamentos concedidos aos infratores teriam somado R\$ 8 milhões.

Ainda com base no noticiado, o Ministério Público Federal teria solicitado às entidades financeiras envolvidas a realização de auditorias, no sentido



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de se investigarem outras concessões de crédito, além do pagamento por danos materiais e morais coletivos.

Diante dos graves fatos apontados, solicito a esse Ministério providências no sentido de informar:

- se o Banco do Brasil teria efetivamente financiado o desenvolvimento de atividades em propriedades rurais ilegalmente desmatadas ou onde trabalhadores teriam sido mantidos em condições análogas à de escravidão;
- se foram instituídas as auditorias solicitadas pelo Ministério Público Federal e, em caso positivo, indicar os resultados dessas auditorias;
- as razões pelas quais foram concedidos os empréstimos em referência; e
- que providências teriam sido adotadas para que falhas da espécie não voltem a ocorrer.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2011.

Deputada ERIKA KOKAY
PT/DF